

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.890.475
Preferenciais	151.762.555
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Ordinária		0,00248
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,00273
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,00273
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial	Preferencial Classe C	0,00273

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	8.844.283	9.237.502
1.01	Ativo Circulante	3.025.631	4.034.558
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	892.070	2.225.091
1.01.03	Contas a Receber	1.649.367	1.448.945
1.01.03.01	Clientes	1.649.367	1.448.945
1.01.04	Estoques	7.688	6.901
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.637	80.112
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.637	80.112
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	3.238	22.696
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	57.399	57.416
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	415.869	273.509
1.01.08.03	Outros	415.869	273.509
1.01.08.03.01	Outros Créditos	248.892	248.416
1.01.08.03.02	Derivativos	166.977	25.093
1.02	Ativo Não Circulante	5.818.652	5.202.944
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.812.404	3.147.993
1.02.01.03	Contas a Receber	65.610	67.432
1.02.01.03.01	Clientes	65.610	67.432
1.02.01.06	Tributos Diferidos	302.498	310.120
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	302.498	310.120
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.444.296	2.770.441
1.02.01.09.03	Derivativos	125.120	336.810
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	454.156	186.378
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	59.183	47.419
1.02.01.09.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	57.533	55.372
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	2.563.333	2.127.140
1.02.01.09.10	Outros créditos	21.332	17.322
1.02.01.09.11	Ativo financeiro setorial	163.639	0
1.02.04	Intangível	2.006.248	2.054.951
1.02.04.01	Intangíveis	2.006.248	2.054.951

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	8.844.283	9.237.502
2.01	Passivo Circulante	4.611.260	2.897.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	54.543	39.576
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	54.543	39.576
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	54.543	39.576
2.01.02	Fornecedores	1.736.384	1.212.307
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.736.384	1.212.307
2.01.03	Obrigações Fiscais	281.382	296.619
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	73.535	62.459
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.488	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	10.273	9.153
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	47.316	42.157
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	10.458	11.149
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	206.379	232.658
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	206.379	232.658
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.468	1.502
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.468	1.502
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.827.361	725.803
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.687.981	452.145
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	466.942	273.770
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.221.039	178.375
2.01.04.02	Debêntures	139.380	273.658
2.01.04.02.01	Debêntures	139.380	273.658
2.01.05	Outras Obrigações	711.590	623.661
2.01.05.02	Outros	711.590	623.661
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	215.558	178.893
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	230.641	249.965
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	204.258	168.721
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	61.133	26.082
2.02	Passivo Não Circulante	3.053.595	5.276.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.933.947	4.034.953
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.292.222	3.069.393
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	398.744	788.989
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	893.478	2.280.404
2.02.01.02	Debêntures	641.725	965.560
2.02.01.02.01	Debêntures	641.725	965.560
2.02.02	Outras Obrigações	888.447	1.030.104
2.02.02.02	Outros	888.447	1.030.104
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	790.700	787.276
2.02.02.02.05	Derivativos	31.301	29.761
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	0	161.210
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	66.446	51.857
2.02.04	Provisões	231.201	211.079
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	231.201	211.079
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	95.235	77.666

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	51.674	56.070
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	73.023	68.924
2.02.04.01.05	Outros	11.269	8.419
2.03	Patrimônio Líquido	1.179.428	1.063.400
2.03.01	Capital Social Realizado	923.423	905.948
2.03.02	Reservas de Capital	179.192	196.667
2.03.04	Reservas de Lucros	493.945	469.694
2.03.04.01	Reserva Legal	34.941	34.941
2.03.04.02	Reserva Estatutária	349.346	322.867
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	2.228
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	91.777	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-508.909	-508.909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.772.410	6.745.874	1.859.113	5.556.540
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.489.780	-5.858.645	-1.569.349	-4.564.708
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-2.034.871	-4.702.400	-1.255.263	-3.679.409
3.02.02	Custo de Operação	-189.318	-562.103	-170.051	-492.787
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-265.591	-594.142	-144.035	-392.512
3.03	Resultado Bruto	282.630	887.229	289.764	991.832
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-164.798	-496.460	-146.523	-455.859
3.04.01	Despesas com Vendas	-61.240	-200.811	-64.833	-206.197
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90.004	-270.177	-79.510	-244.642
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.554	-25.472	-2.180	-5.020
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	117.832	390.769	143.241	535.973
3.06	Resultado Financeiro	-45.808	-184.717	-110.611	-161.016
3.06.01	Receitas Financeiras	63.793	231.271	106.385	363.727
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.601	-415.988	-216.996	-524.743
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.024	206.052	32.630	374.957
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.361	-87.796	-15.353	-139.839
3.08.01	Corrente	-48.379	-80.173	-88.073	-296.053
3.08.02	Diferido	19.018	-7.623	72.720	156.214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.663	118.256	17.277	235.118
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.663	118.256	17.277	235.118
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04762	0,13200	0,01928	0,26245
3.99.01.02	PNA	0,05238	0,14520	0,02121	0,28870
3.99.01.03	PNB	0,05238	0,14520	0,02121	0,28870
3.99.01.04	PNC	0,05238	0,14520	0,02121	0,28870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	42.664	118.256	17.278	235.118
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-277.013
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	-277.013
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.664	118.256	17.278	-41.895

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	213.172	1.088.536
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	897.616	1.045.276
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	206.052	374.957
6.01.01.02	Amortização	174.187	159.572
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	68.408	84.033
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	313.398	320.241
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	63.376	45.319
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	25.604	5.141
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	0	-4.174
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.591	60.187
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-684.444	43.260
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-244.777	-274.047
6.01.02.03	Tributos a Compensar	5.549	38.506
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-243.802	763.517
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás	-2.287	39.058
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	-137.493	1.001.905
6.01.02.07	Passivo Financeiro Setorial	-188.023	122.728
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-30.209	44.923
6.01.02.11	Fornecedores	524.078	-654.352
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-74.685	-268.650
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-20.725	-14.438
6.01.02.14	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-24.902	-46.105
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-246.574	-265.552
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	35.537	-276.054
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-67.039	-110.836
6.01.02.18	Adiantamento Eletrobrás	-2.430	-27.846
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	33.338	-29.497
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-535.565	-350.791
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	626	-3.042
6.02.03	Adições de Intangível	-536.191	-347.749
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.010.627	-1.076.705
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	258.879
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-930.702	-724.981
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-77.697	174.812
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-2.228	-785.415
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.333.020	-338.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.225.090	2.169.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	892.070	1.830.544

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	905.948	196.667	469.694	0	-508.909	1.063.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	905.948	196.667	469.694	0	-508.909	1.063.400
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.228	0	0	-2.228
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-2.228	0	0	-2.228
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.256	0	118.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.256	0	118.256
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	17.475	-17.475	26.479	-26.479	0	0
5.06.05	Aumento de capital	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.06.06	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	26.479	-26.479	0	0
5.07	Saldos Finais	923.423	179.192	493.945	91.777	-508.909	1.179.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-120.446	-163.210	0	-283.656
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-120.446	0	0	-120.446
5.04.10	Dividendo Intermediário	0	0	0	-163.210	0	-163.210
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	235.118	-277.013	-41.895
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	235.118	0	235.118
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-277.013	-277.013
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	25.295	-25.295	70.748	-70.748	0	0
5.06.05	Aumento de capital	25.295	-25.295	0	0	0	0
5.06.06	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	70.748	-70.748	0	0
5.07	Saldos Finais	905.948	196.667	448.323	1.160	-525.256	1.026.842

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	10.720.025	9.752.017
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.173.556	9.420.820
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	593.061	391.385
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-46.592	-60.188
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.321.074	-4.916.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.239.634	-4.104.932
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.081.440	-811.486
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.398.951	4.835.599
7.04	Retenções	-174.641	-159.747
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174.641	-159.747
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.224.310	4.675.852
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	244.353	381.248
7.06.02	Receitas Financeiras	244.353	381.248
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.468.663	5.057.100
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.468.663	5.057.100
7.08.01	Pessoal	349.676	301.108
7.08.01.01	Remuneração Direta	172.228	160.849
7.08.01.02	Benefícios	163.325	126.141
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.123	14.118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.580.789	3.991.842
7.08.02.01	Federais	1.960.606	2.237.092
7.08.02.02	Estaduais	1.616.069	1.751.035
7.08.02.03	Municipais	4.114	3.715
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	419.942	529.032
7.08.03.01	Juros	417.954	527.335
7.08.03.02	Aluguéis	1.988	1.697
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	118.256	235.118
7.08.04.02	Dividendos	88.515	163.210
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.741	71.908

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2016			2016		
	2017	Reapresentado (*)	Variação	2017	Reapresentado (*)	Variação
Receita operacional bruta	4.136.870	3.135.236	31,9%	10.766.617	9.812.206	9,7%
Fornecimento de energia elétrica (**)	2.546.890	2.691.107	-5,4%	7.855.995	8.673.014	-9,4%
Suprimento de energia elétrica	320.360	60.020	433,8%	641.898	109.305	487,3%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	265.206	143.507	84,8%	593.061	391.385	51,5%
Outras receitas operacionais	431.723	502.179	-14,0%	1.343.312	1.393.861	-3,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	572.691	(261.576)	-318,9%	332.351	(755.359)	-144,0%
Deduções da receita operacional	(1.364.460)	(1.276.125)	6,9%	(4.020.744)	(4.255.665)	-5,5%
Receita operacional líquida	2.772.410	1.859.113	49,1%	6.745.874	5.556.540	21,4%
Custo com energia elétrica	(2.034.871)	(1.255.263)	62,1%	(4.702.400)	(3.679.409)	27,8%
Energia comprada para revenda	(1.819.982)	(1.113.299)	63,5%	(4.355.588)	(3.190.436)	36,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	(214.889)	(141.963)	51,4%	(346.812)	(488.973)	-29,1%
Despesa operacional	(619.707)	(460.609)	34,5%	(1.652.704)	(1.341.159)	23,2%
Pessoal	(95.289)	(90.419)	5,4%	(294.539)	(275.369)	7,0%
Entidade de previdência privada	(21.125)	(19.195)	10,1%	(63.376)	(45.319)	39,8%
Material	(18.722)	(18.367)	1,9%	(53.874)	(49.670)	8,5%
Serviço de terceiros	(94.729)	(85.238)	11,1%	(275.371)	(240.563)	14,5%
Depreciação/amortização	(60.455)	(53.963)	12,0%	(174.187)	(159.572)	9,2%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(265.206)	(143.507)	84,8%	(593.061)	(391.385)	51,5%
Outros	(64.181)	(49.919)	28,6%	(198.297)	(179.281)	10,6%
Resultado do serviço	117.832	143.241	-17,7%	390.769	535.973	-27,1%
Resultado financeiro	(45.808)	(110.611)	-58,6%	(184.717)	(161.016)	14,7%
Receitas financeiras	63.793	106.385	-40,0%	231.271	363.727	-36,4%
Despesas financeiras	(109.600)	(216.996)	-49,5%	(415.988)	(524.743)	-20,7%
Resultado antes dos tributos	72.025	32.631	120,7%	206.052	374.957	-45,0%
Contribuição social	(8.019)	(4.498)	78,3%	(23.536)	(38.835)	-39,4%
Imposto de renda	(21.342)	(10.855)	96,6%	(64.259)	(101.004)	-36,4%
Resultado Líquido do Período	42.664	17.278	146,9%	118.256	235.118	-49,7%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	42.664	17.278	146,9%	118.256	235.118	-49,7%
EBITDA	178.287	197.205	-9,6%	564.955	695.545	-18,8%

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa nº 2.6

(**) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2017 foi de R\$ 4.136.870, apresentando aumento de 31,9% (R\$ 1.001.634) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção de infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.871.665, apresentando aumento de 29,4% (R\$ 879.935) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 5,4% (R\$ 144.217), principalmente pelas reduções de: (i) 4,6% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2017 de -10,50%, compensado pelo impacto de 3,6% pela aplicação de bandeira tarifária vermelha e amarela no trimestre de 2017 e bandeira tarifária verde no trimestre de 2016 e (ii) 0,8% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de R\$ 260.340, principalmente pelo volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, associado ao aumento no PLD em 2017, compensado parcialmente pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 14,0% (R\$ 70.456) basicamente pelas reduções em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 29.254)

Comentário do Desempenho

em função principalmente do reajuste tarifário negativo de abril de 2017 (-15,05%); (ii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 27.124) e (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 19.391), compensados pelos aumentos em: (iv) arrendamentos e alugueres (R\$ 2.810) e (v) indenizações contratuais (R\$ 1.789).

- iv. Ativo e passivo financeiro setorial:** receita de R\$ 572.691 neste trimestre e despesa de R\$ 261.576 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 318,9% (R\$ 834.267), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento do custo de energia, compensado pelo diferimento de sobrecontratação e Encargos de Serviços do Sistema.

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 2,4% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 44,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 4,3% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é explicado em parte pela maior quantidade de dias de faturamentos no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior e pelo bom desempenho da massa de renda Brasil.

A classe comercial, que representa 19,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 10,2% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o efeito de migração de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 16,4% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta da migração de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e concessionárias e permissionárias) participam com 22,3% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 3,4% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o desempenho da classe de Serviço Público e da classe rural que apresentou crescimento de 4,3%, impulsionado pelo resultado da pluviometria abaixo da média para o período e menor do que o 3º trimestre de 2016.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 3,4% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. A variação por classe apresenta crescimento de 4,3% na classe residencial, 3,5% na classe industrial, 0,8% na classe comercial, 5,1% na classe rural e 3,5% nas outras classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2017 foram de R\$ 1.364.460 apresentando aumento de 6,9% (R\$ 88.335) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelos aumentos: (i) Bandeiras Tarifárias (R\$ 96.930); (ii) PIS e COFINS (R\$ 82.251) e (iii) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 8.109), compensados parcialmente pelas reduções em: (iv) CDE (R\$ 60.906); (v) ICMS (R\$ 37.082) e (vi) Proinfa (R\$ 1.042).

Comentário do Desempenho

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 2.034.871 apresentando um aumento de 62,1% (R\$ 779.608) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

i. Energia comprada para revenda

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.819.982 apresentando aumento de 63,5% (R\$ 706.683) em função: (i) aumento de 63,9% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), compensado parcialmente por: (ii) redução de 0,3% no volume de energia comprada e (iii) crédito de PIS e COFINS.

ii. Encargos do uso do sistema de distribuição

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 214.889, apresentando aumento de 51,4% (R\$ 72.926), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) Encargo de Rede Básica (R\$ 139.030) e (ii) Encargo de Transporte de Itaipu (R\$ 22.909), compensados parcialmente pelas reduções em: (iii) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER) (R\$ 81.694) e (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 7.433).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 619.707 no 3º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 34,5% (R\$ 159.098) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 354.502, apresentando aumento de 11,8% (R\$ 37.400).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 294.046 neste trimestre, um aumento de 11,7% (R\$ 30.907) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 5,4% (R\$ 4.870), principalmente pelos efeitos do acordo coletivo de trabalho.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 10,1% (R\$ 1.930), pelos registros dos impactos do laudo atuarial do período 2017.
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 11,1% (R\$ 9.491), principalmente em: (i) manutenção de linhas, redes, máquinas e equipamentos (R\$ 3.831); (ii) serviços de leitura/entrega de contas de energia (R\$ 1.950); (iii) serviços terceirizados (R\$ 1.073); (iv) poda de árvores (R\$ 829) e (v) manutenção de hardware e software (R\$ 1.611).
- iv. **Outros:** aumento de 28,6% (R\$ 14.262), principalmente em: (i) perdas na alienação, desativação e outros ativos não circulantes (R\$ 9.005); (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 5.192); (iii) baixa de ativo financeiro da concessão (R\$ 2.369) e (iv) taxa de arrecadação (R\$ 972), compensados parcialmente por: (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 3.856).

Comentário do Desempenho

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 12,0% (R\$ 6.492), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 45.808, uma redução de 58,6% (R\$ 64.803) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** redução de 40,0% (R\$ 42.591), principalmente pelas reduções em: (i) rendimentos de aplicação financeira (R\$ 44.403) e (ii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 7.376), compensados parcialmente pelos aumentos em: (iii) atualizações de depósitos judiciais (R\$ 5.598) e (iv) PIS/COFINS (R\$ 2.738).
- ii. **Despesas financeiras:** redução de 49,5% (R\$ 107.395), principalmente pelas reduções em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 107.157); (ii) variação cambial de Itaipu (R\$ 4.865); (iii) atualizações sobre indenização de redes incorporadas em 2016 (R\$ 2.817) e (iv) negociações de parcelamentos de débitos (R\$ 1.559), compensados parcialmente pelo aumento em: (v) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 15.814).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foram de R\$ 29.361, apresentando aumento de 91,2% (R\$ 14.008) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 42.664, com aumento de R\$ 146,9% (R\$ 25.386), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 178.287, apresentando uma redução de 9,6% (R\$ 18.917) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	892.070	2.225.091
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.649.368	1.448.945
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	3.238	22.696
Outros tributos a compensar	7	57.399	57.416
Derivativos	29	166.977	25.093
Estoques		7.688	6.901
Outros créditos	11	248.891	248.416
Total do circulante		3.025.631	4.034.557
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	65.610	67.432
Depósitos judiciais	19	454.156	186.378
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	57.533	55.373
Outros tributos a compensar	7	59.183	47.419
Ativo financeiro setorial	8	163.639	-
Derivativos	29	125.120	336.810
Créditos fiscais diferidos	9	302.498	310.120
Ativo financeiro da concessão	10	2.563.333	2.127.140
Outros créditos	11	21.332	17.322
Intangível	12	2.006.246	2.054.951
Total do não circulante		5.818.652	5.202.944
Total do ativo		8.844.283	9.237.502

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	1.736.385	1.212.307
Empréstimos e financiamentos	14	1.687.981	452.147
Debêntures	15	139.380	273.658
Entidade de previdência privada	16	61.133	26.082
Taxas regulamentares	17	204.258	168.721
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	275.894	296.618
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	5.488	-
Obrigações estimadas com pessoal		54.543	39.576
Passivo financeiro setorial	8	215.558	178.893
Outras contas a pagar	20	230.641	249.963
Total do circulante		4.611.260	2.897.966
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.292.221	3.069.393
Debêntures	15	641.725	965.560
Entidade de previdência privada	16	790.700	787.276
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	231.201	211.079
Derivativos	29	31.301	29.761
Passivo financeiro setorial	8	-	161.210
Outras contas a pagar	20	66.446	51.858
Total do não circulante		3.053.595	5.276.136
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		923.423	905.948
Reserva de capital		179.192	196.667
Reserva legal		34.941	34.941
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		349.346	322.867
Dividendo		-	2.228
Resultado abrangente acumulado		(508.909)	(508.909)
Lucros acumulados		91.777	-
Total do patrimônio líquido		1.179.428	1.063.400
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.844.283	9.237.502

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2017		2016	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado*)	9 meses (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	2.772.410	6.745.874	1.859.113	5.556.540
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(2.034.871)	(4.702.400)	(1.255.263)	(3.679.409)
Custo de operação	25	(189.318)	(562.103)	(170.051)	(492.787)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(265.591)	(594.142)	(144.035)	(392.512)
Lucro operacional bruto		282.630	887.229	289.764	991.832
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(61.240)	(200.811)	(64.833)	(206.197)
Despesas gerais e administrativas		(90.004)	(270.177)	(79.510)	(244.642)
Outras despesas operacionais		(13.554)	(25.471)	(2.180)	(5.020)
Resultado do serviço		117.832	390.769	143.241	535.973
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		63.793	231.271	106.385	363.727
Despesas financeiras		(109.600)	(415.988)	(216.996)	(524.743)
		(45.808)	(184.717)	(110.611)	(161.016)
Lucro antes dos tributos		72.025	206.052	32.631	374.957
Contribuição social	9	(8.019)	(23.536)	(4.498)	(38.835)
Imposto de renda	9	(21.342)	(64.259)	(10.855)	(101.004)
		(29.361)	(87.796)	(15.353)	(139.839)
Lucro líquido do período		42.664	118.256	17.278	235.118
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,05	0,13	0,02	0,26
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,05	0,15	0,02	0,29

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	42.664	118.256	17.278	235.118
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	(277.013)
Resultado abrangente do período	42.664	118.256	17.278	(41.895)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	905.948	196.667	34.941	109.658	322.867	2.228	(508.909)	-	1.063.400
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	118.256	118.256
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	26.479	-	-	(26.479)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.228)	-	-	(2.228)
Saldos em 30 de setembro de 2017	923.423	179.192	34.941	109.658	349.346	-	(508.909)	91.777	1.179.428

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016.
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	880.653	221.962	22.175	109.658	245.742	120.446	(248.243)	-	1.352.393
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	235.118	235.118
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(277.013)	-	(277.013)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	25.295	(25.295)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	70.748	-	-	(70.748)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(163.210)	(163.210)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(120.446)	-	-	(120.446)
Saldos em 30 de junho de 2016	905.948	196.667	22.175	109.658	316.490	-	(525.256)	1.160	1.026.842

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Lucro antes dos tributos	206.052	374.957
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	174.187	159.572
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	68.408	84.033
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.591	60.187
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	313.398	320.241
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	63.376	45.319
Perda (ganho) na baixa de não circulante	25.604	5.141
PIS e COFINS diferidos	-	(4.174)
	897.616	1.045.276
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(244.777)	(274.047)
Tributos a compensar	5.549	38.506
Depósitos judiciais	(243.802)	763.517
Ativo financeiro setorial	(137.493)	1.001.905
Contas a receber - Eletrobrás	(2.287)	39.058
Outros ativos operacionais	(30.209)	44.923
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	524.078	(654.352)
Outros tributos e contribuições sociais	(20.725)	(14.438)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(24.902)	(46.105)
Taxas regulamentares	35.537	(276.054)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(67.039)	(110.836)
Passivo financeiro setorial	(188.023)	122.728
Contas a pagar - CDE	(2.430)	(27.846)
Outros passivos operacionais	33.338	(29.497)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	534.431	1.622.738
Encargos de dívida e debêntures pagos	(246.574)	(265.552)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(74.685)	(268.650)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	213.172	1.088.536
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	626	(3.042)
Adições de intangível	(536.191)	(347.749)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(535.565)	(350.791)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	-	258.879
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(930.702)	(724.981)
Liquidação de operações com derivativos	(77.697)	174.812
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(2.228)	(785.415)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.010.627)	(1.076.705)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.333.020)	(338.960)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.225.091	2.169.504
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	892.070	1.830.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016**

(Em milhares de reais)

	9 meses 2017	9 meses 2016 (Reapresentado*)
1 - Receita	10.720.025	9.752.017
1.1 Receita de venda de energia e serviços	10.173.556	9.420.820
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	593.061	391.385
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.592)	(60.187)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(6.321.074)	(4.916.418)
2.1 Custo com energia elétrica	(5.239.634)	(4.104.932)
2.2 Material	(416.127)	(271.405)
2.3 Serviços de terceiros	(458.836)	(375.078)
2.4 Outros	(206.477)	(165.004)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	4.398.951	4.835.599
4 - Retenções	(174.641)	(159.747)
4.1 Depreciação e amortização	(174.641)	(159.747)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	4.224.310	4.675.852
6 - Valor adicionado recebido em transferência	244.354	381.248
6.1 Receitas financeiras	244.354	381.248
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	4.468.663	5.057.100
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	349.676	301.108
8.1.1 Remuneração direta	172.229	160.849
8.1.2 Benefícios	163.325	126.141
8.1.3 F.G.T.S	14.123	14.118
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.580.789	3.991.843
8.2.1 Federais	1.960.606	2.237.092
8.2.2 Estaduais	1.616.069	1.751.035
8.2.3 Municipais	4.114	3.715
8.3 Remuneração de capital de terceiros	419.942	529.032
8.3.1 Juros	417.954	527.335
8.3.2 Aluguéis	1.988	1.697
8.4 Remuneração de capital próprio	118.256	235.118
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	88.515	163.210
8.4.2 Lucros retidos	29.741	71.908
	4.468.663	5.057.100

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,4 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.585.629, o que está dentro dos planos de redução nos custos das dívidas da Companhia. Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de novembro de 2017.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo

Notas Explicativas

nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reapresentações nas informações contábeis intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016

Conforme mencionado na nota 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente

Notas Explicativas

classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos correspondentes às demonstrações do resultado e do valor adicionado, em relação à aquelas originalmente emitidas em 07 de novembro de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a demonstração do fluxo de caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

• Demonstração do resultado do período

	3º Trimestre 2016	Reclassificações	3º Trimestre 2016 (Reapresentado)	9 meses 2016	Reclassificações	9 meses 2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	1.835.304	23.809	1.859.113	5.457.006	99.534	5.556.540
Custo do serviço de energia elétrica						
Custo com energia elétrica	(1.255.263)	-	(1.255.263)	(3.679.409)	-	(3.679.409)
Custo de operação	(170.051)	-	(170.051)	(492.787)	-	(492.787)
Custo do serviço prestado a terceiros	(144.035)	-	(144.035)	(392.512)	-	(392.512)
Lucro operacional bruto	265.955	23.809	289.764	892.298	99.534	991.832
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(64.833)	-	(64.833)	(206.197)	-	(206.197)
Despesas gerais e administrativas	(79.510)	-	(79.510)	(244.642)	-	(244.642)
Outras despesas operacionais	(2.180)	-	(2.180)	(5.020)	-	(5.020)
Resultado do serviço	119.432	23.809	143.241	436.438	99.534	535.973
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	131.169	(24.784)	106.385	468.747	(105.020)	363.727
Despesas financeiras	(217.971)	975	(216.996)	(530.229)	5.486	(524.743)
	(86.802)	(23.809)	(110.611)	(61.482)	(99.534)	(161.016)
Lucro antes dos tributos	32.631	-	32.631	374.957	-	374.957
Contribuição social	(4.498)	-	(4.498)	(38.835)	-	(38.835)
Imposto de renda	(10.855)	-	(10.855)	(101.004)	-	(101.004)
	(15.353)	-	(15.353)	(139.839)	-	(139.839)
Lucro líquido do período	17.278	-	17.278	235.118	-	235.118

Notas Explicativas

• Demonstração do valor adicionado do período

	9 meses 2016	Reclassificação	9 meses 2016 (Reapresentado)
1 - Receita	9.652.483	99.534	9.752.017
1.1 Receita de venda de energia e serviços	9.321.286	99.534	9.420.820
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	391.385	-	391.385
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.187)	-	(60.187)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.916.418)	-	(4.916.418)
2.1 Custo com energia elétrica	(4.104.932)	-	(4.104.932)
2.2 Material	(271.405)	-	(271.405)
2.3 Serviços de terceiros	(375.078)	-	(375.078)
2.4 Outros	(165.004)	-	(165.004)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	4.736.065	99.534	4.835.599
4 - Retenções	(159.747)	-	(159.747)
4.1 Depreciação e amortização	(159.747)	-	(159.747)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	4.576.318	99.534	4.675.852
6 - Valor adicionado recebido em transferência	486.268	(105.020)	381.248
6.1 Receitas financeiras	486.268	(105.020)	381.248
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	5.062.586	(5.486)	5.057.100
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	301.108	-	301.108
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.991.843	-	3.991.843
8.3 Remuneração de capital de terceiros	534.518	(5.486)	529.032
8.3.1 Juros	532.821	(5.486)	527.335
8.3.2 Aluguéis	1.697	-	1.697
8.4 Remuneração de capital próprio	235.118	-	235.118
	5.062.586	(5.486)	5.057.100

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

Notas Explicativas

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	37.984	29.890
Aplicações financeiras	<u>854.086</u>	<u>2.195.201</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	61.288	9.136
Certificado de depósito bancário (b)	789.550	966.864
Fundos de investimento (c)	<u>3.248</u>	<u>1.219.201</u>
Total	<u>892.070</u>	<u>2.225.091</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,9% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 101,9% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	266.232	194.684	28.491	489.406	432.434
Industrial	61.575	27.954	47.603	137.132	126.527
Comercial	96.515	32.977	19.171	148.663	132.082
Rural	33.103	5.343	1.408	39.855	28.533
Poder público	32.905	5.255	1.358	39.519	54.280
Iluminação pública	26.787	2.602	1.663	31.052	31.540
Serviço público	44.462	5.963	289	50.713	58.189
Faturado	561.579	274.778	99.983	936.340	863.585
Não faturado	457.399	-	-	457.399	538.714
Parcelamento de débito de consumidores	82.385	10.569	17.558	110.513	77.290
Operações realizadas na CCEE	248.958	-	-	248.958	60.980
Concessionárias e permissionárias	3.541	-	-	3.541	3.130
	1.353.862	285.347	117.541	1.756.751	1.543.699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(107.383)	(94.755)
Total				1.649.367	1.448.945
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	70.456	-	-	70.456	71.371
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
	75.459	-	-	75.459	76.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(9.849)	(8.942)
Total				65.610	67.432

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(103.697)	(6.568)	(110.265)
Provisão revertida (constituída) líquida	(96.461)	(415)	(96.876)
Recuperação de receita	50.285	-	50.285
Baixa de contas a receber provisionadas	32.641	-	32.641
Saldo em 30/09/2017	(117.232)	(6.983)	(124.215)
Circulante	(107.383)	(6.983)	(114.366)
Não circulante	(9.849)	-	(9.849)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico e probabilidade de inadimplência e segue os seguintes critérios:

Classe	Vencidos acima de:
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.268
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	15.724
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.238	3.704
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.238	22.696
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	12.906	18.614
ICMS a compensar	37.443	30.020
Programa de integração social - PIS	1.217	1.520
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.608	5.006
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.138	2.138
Outros	87	118
Outros tributos a compensar	57.399	57.416
Total Circulante	60.637	80.112
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	57.533	55.373
Imposto de renda e contribuição social a compensar	57.533	55.373
ICMS a compensar	59.183	47.419
Total Não circulante	116.716	102.792

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/09/2017		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"										
CVA (*)										
CDE (**)	(210.831)	55.037	(155.794)	(134.643)	56.959	(11.857)	-	(115.549)	(129.785)	(245.335)
Custos energia elétrica	(361.310)	1.830	(359.479)	556.647	189.966	(16.955)	(6.545)	584.714	(221.080)	363.633
ESS e EER (***)	(206.372)	(31.223)	(237.594)	(256.142)	145.151	(19.729)	(28)	(344.955)	(23.388)	(368.343)
Proinfa	2.881	4.625	7.506	(7.601)	(1.583)	(1.882)	-	(569)	(2.991)	(3.560)
Rede básica	2.821	4.613	7.434	(65.725)	(7.098)	(1.264)	-	(69.524)	2.871	(66.653)
Repasso de Itaipu	67.626	223.255	290.881	281.725	(225.385)	6.480	-	317.623	36.079	353.701
Transporte de Itaipu	3.988	2.943	6.931	(8.444)	(4.805)	(15)	-	(9.023)	2.689	(6.334)
Neutralidade dos encargos setoriais	54.075	41.668	95.744	56.415	(82.755)	2.702	-	27.984	44.122	72.105
Sobrecontratação	112.026	(57.659)	54.366	(172.502)	(6.093)	2.936	(261)	(190.015)	68.462	(121.553)
Outros componentes financeiros	(65.329)	15.232	(50.096)	5.952	12.314	2.249	-	-	(29.581)	(29.581)
Total	(600.423)	260.321	(340.101)	255.682	76.669	(37.333)	(6.834)	200.686	(252.602)	(51.920)
Ativo não circulante			-							163.639
Passivo circulante			(178.893)							(215.558)
Passivo não circulante			(161.210)							-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	5.276	14.510
Benefício fiscal do ágio incorporado	47.028	50.497
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>27.708</u>	<u>16.995</u>
Subtotal	80.012	82.002
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	14.885	40.637
Benefício fiscal do ágio incorporado	130.633	140.270
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>76.968</u>	<u>47.210</u>
Subtotal	222.486	228.118
Total	<u>302.498</u>	<u>310.120</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>30/09/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18.652	51.810	17.008	47.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.179	31.054	9.924	27.566
Provisão energia livre	6.414	17.818	6.014	16.706
Programas de P&D e eficiência energética	11.318	31.439	9.102	25.284
Provisão relacionada a pessoal	656	1.823	1.187	3.296
Derivativos	(22.035)	(61.210)	(29.018)	(80.607)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.596)	(7.211)	(2.787)	(7.743)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(47.638)	(132.328)	(44.027)	(122.298)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035
Instrumentos financeiros (CPC)	(471)	(1.309)	(2.552)	(7.088)
Outros	377	1.047	293	815
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	30.240	84.000	30.240	84.000
Total	<u>27.708</u>	<u>76.968</u>	<u>16.995</u>	<u>47.210</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	CSLL			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	72.025	206.052	32.631	374.957
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	470	1.430	514	1.660
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(702)	(1.298)	(1.154)	(1.224)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	16.515	51.804	16.164	51.550
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	790	3.527	1.817	4.551
Base de cálculo	89.098	261.515	49.972	431.494
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(8.019)	(23.536)	(4.498)	(38.835)
Corrente	(13.049)	(21.546)	(23.743)	(80.178)
Diferido	5.030	(1.990)	19.245	41.343

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro Antes dos Tributos	72.025	206.052	32.631	374.957
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(702)	(1.298)	(1.154)	(1.224)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	16.515	51.804	16.164	51.550
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.468)	477	(4.220)	(21.267)
Base de Cálculo	85.370	257.035	43.421	404.016
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(21.342)	(64.259)	(10.855)	(101.004)
Corrente	(35.330)	(58.627)	(64.329)	(215.877)
Diferido	13.988	(5.632)	53.474	114.873

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	2.127.140
Adições	402.886
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	41.693
Baixas	(8.386)
Saldo em 30/09/2017	2.563.333

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23).

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamentos - Fundação CESP	7.788	4.271	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.963	11.000	16.103	11.831
Ordens em curso	89.104	99.580	-	-
Serviços prestados a terceiros	4.869	2.853	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	264
Despesas antecipadas	28.617	23.501	3.466	4.097
Contas a receber - Eletrobrás	81.978	79.691	-	-
Adiantamentos a funcionários	12.425	5.549	-	-
Outros	27.131	28.538	1.190	1.131
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(6.983)	(6.568)	-	-
Total	248.891	248.416	21.332	17.322

Contas a receber – Eletrobrás – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 7.105 (R\$ 8.334 em 31 de dezembro de 2016), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 74.824 (R\$ 64.088 em 31 de dezembro de 2016) e iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 49 (R\$ 7.269 em 31 de dezembro de 2016) (nota 23.3).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – Eletrobrás no valor de R\$ 47.842 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2016	1.815.478	237.007	2.465	2.054.951
Custo histórico	5.288.070	237.007	8.061	5.533.139
Amortização acumulada	(3.472.592)	-	(5.596)	(3.478.188)
Adições	-	542.670	-	542.670
Amortização	(174.372)	-	(269)	(174.641)
Transferência - intangíveis	308.499	(308.499)	-	-
Transferência - ativo financeiro	(3.650)	(399.236)	-	(402.886)
Baixa e transferência - outros ativos	(13.847)	-	-	(13.847)
Saldo em 30/09/2017	1.932.107	71.943	2.196	2.006.246
Custo histórico	5.512.444	71.943	8.061	5.592.448
Amortização acumulada	(3.580.337)	-	(5.865)	(3.586.202)

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados R\$ 6.023 (R\$ 4.498 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) a uma taxa média de 7,50% a.a. (nota 26).

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Notas Explicativas

(13) FORNECEDORES

	30/09/2017	31/12/2016
Encargos de serviço do sistema	-	20.604
Suprimento de energia elétrica	1.355.715	838.549
Encargos de uso da rede elétrica	100.286	42.038
Materiais e serviços	177.557	215.939
Energia livre	102.827	95.178
Total	1.736.385	1.212.307

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017				31/12/2016				
				Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total	
				Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Encargos	Principal	
Mensuradas ao custo												
Moeda nacional												
BNDES - Investimento												
FINEM V (a)	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	40	11.461	-	11.501	137	34.099	-	2.842	37.078
FINEM V (b)	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	7	1.740	580	2.328	12	1.740	-	1.885	3.638
FINEM V (c)	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	56	7.533	17.578	25.167	73	7.533	-	23.228	30.835
FINEM VI (d)	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	388	50.229	62.786	113.403	547	49.812	-	99.624	149.984
FINEM VI (e)	Pré fixado 2,50%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	147	27.587	114.947	142.681	179	27.587	-	135.638	163.404
FINEM VI (f)	Pré fixado 2,50%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	8	1.504	6.265	7.777	10	1.504	-	7.393	8.907
FINEM VII (g)	Pré fixado 6,00%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	124	7.952	43.735	51.810	147	7.952	-	49.698	57.798
FINEM VII (h)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	384	25.382	88.836	114.602	474	25.171	-	106.977	132.622
FINEM VII (i)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	70	15.101	52.852	68.023	83	13.972	-	59.380	73.435
FINAME	Pré fixado 4,50%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	35	8.435	10.544	19.015	50	8.435	-	16.871	25.356
Instituições financeiras												
Banco do Brasil- Capital Giro (j)	104,9% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	121.932	187.500	-	309.432	32.601	62.500	97.803	187.500	380.403
Outros												
Eletrobras	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	13	534	2.001	2.547	15	547	-	2.398	2.960
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				123.204	344.958	400.125	868.287	34.329	240.852	97.803	693.434	1.066.418
Mensuradas ao valor justo												
Moeda estrangeira												
Instituições Financeiras												
Bank of America Merrill Lynch	Libor 3 meses + 1,35% (1)	Parcela única em outubro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.856	-	318.710	320.566	1.593	-	-	325.910	327.503
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,70% (2)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	60	143.420	-	143.479	44	-	-	146.660	146.703
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (6)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.691	478.065	-	479.756	1.469	-	-	488.865	490.334
Mizuho (k)	US\$ + Libor 3 meses + 1,55% (3)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	57	159.355	79.678	239.090	52	-	-	244.433	244.484
Bank of Tokyo-Mitsubishi (l)	US\$ + Libor 3 meses + 0,80% (4)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	134	79.678	39.839	119.650	151	40.739	-	122.216	163.106
Bank of Tokyo-Mitsubishi (m)	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (11)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	389	-	159.355	159.744	324	-	-	162.955	163.279
JP MORGAN	US\$ + 2,28% a 2,32% (5)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	158	130.364	-	-	130.522
JP MORGAN	US\$ + 2,36% a 2,39 (7)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	1.314	-	-	114.069	115.382
JP MORGAN	US\$ + 2,74% (8)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	485	-	79.678	80.163	1.067	-	-	81.478	82.544
JP MORGAN	US\$ + 2,2% (9)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	424	-	-	48.887	49.311
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (12)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	269	75.075	-	75.345	529	-	-	68.134	68.663
HSBC Bank	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (10)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.418	275.376	-	276.794	1.211	-	-	281.597	282.808
Operação sindicalizada (n) (**) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	Libor + 2,7% a.a. (13)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	900	-	212.473	213.374	830	-	-	217.273	218.104
Marcação a mercado				-	3.343	7.380	10.723	-	(1.659)	-	(16.979)	(18.637)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				7.259	1.214.312	897.112	2.118.682	9.166	169.444	-	2.285.496	2.464.106
Gastos com Captação (*)				-	(1.752)	(5.015)	(6.767)	-	(1.644)	-	(7.340)	(8.984)
Total				130.463	1.557.518	1.292.221	2.980.202	43.495	408.652	97.803	2.971.590	3.521.541

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 108% do CDI a.a. (2) 109,50% do CDI a.a. (3) 106,89% a 106,90% do CDI a.a. (4) 105,50% do CDI a.a. (5) 105,65% a 105,70% do CDI a.a. (6) 106,35% do CDI a.a. (7) 101,8% a 104,1% do CDI a.a. (8) 106,6% do CDI a.a. (9) 104% do CDI a.a. (10) 104,5% a 105,9% do CDI a.a. (11) 107,85% do CDI a.a. (12) 103,6% do CDI a.a. (13) 108,15% a 116% do CDI a.a.

(a) Taxa efetiva: 60,70% a 68,82% do CDI

(b) Taxa efetiva: 65,91% do CDI

(c) Taxa efetiva: 45,68% do CDI

(d) Taxa efetiva: 89,55% a 100,53% do CDI

(e) Taxa efetiva: 30,35% do CDI

(f) Taxa efetiva: 30,65% do CDI

(g) Taxa efetiva: 48,29% a 48,39% do CDI

(h) Taxa efetiva: 68,63% a 72,87% do CDI

(i) Taxa efetiva: 121,32% a 121,64% do CDI

(j) Taxa efetiva: 109,47% do CDI

(k) Taxa efetiva: 108,49% do CDI

(l) Taxa efetiva: 107,5% do CDI

(m) Taxa efetiva: 110,44% do CDI

(n) Taxa efetiva: 115,9% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Empréstimo financeiro em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Notas Explicativas

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 2.118.682 (R\$ 2.464.106 em 31 de dezembro de 2016).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2017 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 10.723 (ganhos acumulados de R\$ 18.638 em 31 de dezembro de 2016), compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 14.274 (ganhos de R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido no total de R\$ 3.551 (ganho total de R\$ 29.162 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2018	353.722
2019	427.133
2020	328.813
2021	120.533
2022	54.640
Subtotal	1.284.841
Marcação a mercado	7.380
Total	1.292.221

Pré-pagamento

Em julho de 2017, foram liquidados R\$ 298.980 dos empréstimos com o banco J.P.Morgan, cujos vencimentos originais eram de dezembro de 2017 a fevereiro 2018.

Condições restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Especificamente para as dívidas com o BNDES relacionadas ao (i) FINEM da Companhia, em 2017 foram aditivados os respectivos contratos com a inclusão de novos covenants financeiros, adicionais aos anteriormente existentes, que devem ser apurados anualmente nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Manutenção, dos índices já apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016;
- (ii) Manutenção, pela controladora CPFL Energia, dos seguintes índices:
 - Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,75;
 - Patrimônio líquido / (patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28.
- (iii) Manutenção, pela State Grid Brazil Power (SGBP), dos seguintes índices:
 - Patrimônio líquido / Ativo Total superior a 0,30 (desconsiderando os efeitos do OCPC 01 (R1)).

Notas Explicativas

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES

Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017			31/12/2016					
					Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	Total		
					Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal			
6ª Emissão	660	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,87%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	6.402	-	264.000	270.402	47.079	198.000	462.000	707.079
7ª Emissão	50.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	7.062	126.250	378.750	512.062	28.913	-	505.000	533.913
Gastos com Emissão (*)						-	(334)	(1.025)	(1.359)		(334)	(1.440)	(1.774)
						<u>13.464</u>	<u>125.916</u>	<u>641.725</u>	<u>781.105</u>	<u>75.992</u>	<u>197.666</u>	<u>965.560</u>	<u>1.239.218</u>

(1) A companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,05% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2019	389.480
2020	126.031
2021	126.214
Total	<u>641.725</u>

Pré-pagamento

Em fevereiro de 2017, foram antecipadas o pagamento de duas parcelas de principal da 6ª emissão de debêntures no montante de R\$ 405.660, cujos vencimentos originais eram julho de 2017 e julho de 2018.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	800.445
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	63.376
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(23.213)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2017	840.608
Outras contribuições	11.225
Total	851.833
Circulante	61.133
Não circulante	790.700

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses 2017</u>	<u>9 meses 2016</u>
Custo do serviço	531	604
Juros sobre obrigações atuariais	357.459	348.598
Rendimento esperado dos ativos do plano	(294.614)	(303.883)
Total da despesa (receita)	63.376	45.319

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,00% a.a.	6,79% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	693	679
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	121.949	142.251
Bandeiras tarifárias e outros	81.617	25.792
Total	204.258	168.721

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 65.038 (R\$ 76.254 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 22.450 (R\$ 21.122 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 34.461 (R\$ 44.875 em 31 de dezembro de 2016). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 47.842.

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.803	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.685	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.488	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	206.379	232.658
Programa de integração social - PIS	10.273	9.153
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	47.316	42.157
Outros	11.926	12.651
Outros impostos taxas e contribuições a recolher	275.894	296.618
Total circulante	281.382	296.618

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	51.674	34.670	56.070	38.180
Cíveis	73.023	37.639	68.924	41.301
Fiscais				
FINSOCIAL	33.819	94.994	32.372	90.951
Imposto de renda	-	220.983	-	-
Outras	61.416	65.870	45.294	15.946
	<u>95.235</u>	<u>381.848</u>	<u>77.666</u>	<u>106.897</u>
Outros	11.269	-	8.418	-
Total	<u>231.201</u>	<u>454.156</u>	<u>211.079</u>	<u>186.378</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2017
Trabalhistas	56.070	28.513	(6.267)	(31.679)	5.038	51.674
Cíveis	68.924	38.399	(9.627)	(31.843)	7.170	73.023
Fiscais	77.666	13.191	(794)	(32)	5.204	95.235
Outros	8.418	1.881	(49)	(3.484)	4.503	11.269
Total	<u>211.079</u>	<u>81.984</u>	<u>(16.737)</u>	<u>(67.038)</u>	<u>21.915</u>	<u>231.201</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estavam assim representadas:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	226.301	253.297	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	345.644	262.878	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.528.255	1.492.272	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	10.504	14.929	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>2.110.704</u>	<u>2.023.376</u>	

Fiscais – referem-se basicamente a discussões da dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.167.393. Em janeiro de 2016, a Companhia obteve decisões judiciais que autorizaram a substituição dos depósitos judiciais relativos a este processo por garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia), cujos respectivos levantamentos em favor da Companhia ocorreram em 2016. Há recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional em ambos os casos, sem efeito suspensivo, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal. Paralelamente, em fevereiro de 2017, foi determinada a devolução do montante relativo aos juros que incidiram sobre um dos depósitos levantados. Assim, a Companhia efetuou depósito em juízo no valor de R\$ 206.874.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores e concessionárias	24.509	31.355	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	104.044	125.382	51.681	26.465
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	42.004	20.793	12.980	22.831
EPE / FNDCT / PROCEL	6.360	5.901	-	-
Adiantamentos	4.686	4.676	579	793
Descontos tarifários - CDE	-	2.430	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	179	179	-	-
Folha de pagamento	4.115	5.558	-	-
Participação nos lucros	8.198	14.523	1.206	1.769
Convênios de arrecadação	31.414	33.630	-	-
Outros	5.130	5.535	-	-
Total	<u>230.641</u>	<u>249.963</u>	<u>66.446</u>	<u>51.858</u>

Notas Explicativas

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	%
CPFL Energia S/A	728.890.475	151.762.555	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	-	1	1	-
Total	728.890.475	151.762.556	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 4 de abril de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2016 sem emissão de novas ações.

21.2 - Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 4 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 163.210; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 2.228.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 2.228 referente a dividendo.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	42.664	118.256	17.278	235.118
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	728.890.475	728.890.475	728.890.475	728.890.475
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	151.762.556	151.762.556	151.762.556	151.762.556
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,05	0,13	0,02	0,26
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,05	0,15	0,02	0,29

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado)	9 meses (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.194.855	3.840.598	1.201.883	3.928.061
Industrial	368.983	1.140.510	458.237	1.451.322
Comercial	533.739	1.784.492	616.495	2.061.279
Rural	107.253	274.667	103.728	266.105
Poderes públicos	86.315	280.283	88.952	280.934
Iluminação pública	79.667	233.843	75.999	228.525
Serviço público	138.529	412.411	141.365	424.426
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(12.290)	(38.136)	(12.788)	(41.053)
Fornecimento faturado	2.497.050	7.928.668	2.673.873	8.599.599
Fornecimento não faturado (líquido)	49.840	(72.673)	17.235	73.414
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(876.003)	(2.923.734)	(1.026.204)	(3.263.155)
Fornecimento de energia elétrica	1.670.887	4.932.261	1.664.903	5.409.859
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	4.109	9.668	1.637	5.740
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.635)	(4.210)	(796)	(2.436)
Energia elétrica de curto prazo	316.251	632.230	58.383	103.565
Suprimento de energia elétrica	318.725	637.688	59.224	106.869
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	877.639	2.927.943	1.026.999	3.265.591
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	269.308	828.937	298.562	836.452
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(4.225)	(13.668)	(3.376)	(10.497)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	265.206	593.061	143.507	391.385
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	572.691	332.351	(261.576)	(755.359)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	4.418	40.119	23.809	99.534
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	123.112	381.518	150.236	362.182
Outras receitas e rendas	39.110	106.406	32.948	106.190
Outras receitas operacionais	2.147.259	5.196.667	1.411.109	4.295.478
Total da receita operacional bruta	4.136.870	10.766.617	3.135.236	9.812.206
Deduções da receita operacional				
ICMS	(499.907)	(1.614.899)	(536.989)	(1.749.956)
PIS	(63.774)	(167.565)	(49.096)	(154.412)
COFINS	(293.714)	(771.779)	(226.141)	(711.233)
ISS	(120)	(292)	(88)	(308)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(365.847)	(1.116.472)	(426.753)	(1.331.357)
Programa de P & D e eficiência energética	(24.989)	(61.011)	(16.880)	(50.545)
PROINFRA	(17.014)	(52.568)	(18.056)	(45.817)
Bandeiras tarifárias e outros	(97.016)	(229.966)	(86)	(206.008)
Outros	(2.078)	(6.193)	(2.036)	(6.027)
Receita operacional líquida	2.772.410	6.745.874	1.859.113	5.556.540

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	2.158	6.762	2.069	6.650
Industrial	678	2.061	811	2.553
Comercial	963	3.183	1.073	3.619
Rural	346	862	331	820
Poderes públicos	166	535	164	522
Iluminação pública	251	739	245	725
Serviço público	308	900	297	882
Fornecimento faturado	4.869	15.041	4.989	15.772
Consumo próprio	5	15	5	15
Fornecimento de energia elétrica	4.873	15.056	4.993	15.787
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	15	44	13	41
Energia elétrica de curto prazo	789	2.513	715	1.289
Suprimento de energia elétrica	804	2.557	728	1.330

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Número de consumidores (*)	30/09/2017	30/09/2016
Classe de consumidores		
Residencial	3.965.322	3.885.014
Industrial	29.484	30.507
Comercial	249.160	254.876
Rural	80.746	80.026
Poderes públicos	27.849	27.996
Iluminação pública	8.106	7.987
Serviço público	4.745	4.618
Consumo Próprio	460	444
Total	4.365.872	4.291.468

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

Em 04 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.217, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2017, em -0,80%, sendo 2,13% referentes ao reajuste tarifário econômico e -2,93% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -10,50%.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores será negativo de -15,28% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficarão vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Em 5 de abril de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.056, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 8 de abril de 2016, em 9,89%, sendo negativo 0,29% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,17% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,55% (conforme divulgado na REH).

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi registrada receita de R\$ 381.518 (R\$ 362.182 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), sendo (i) R\$ 34.241 (R\$ 39.008 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 310.582 (R\$ 287.516 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 36.695 (R\$ 35.658 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

Notas Explicativas

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 a julho de 2017. A bandeira faturada e homologada neste período foi de R\$ 161.509, o valor repassado para Companhia à CCRBT foi de R\$ 154.675 resultando R\$ 6.834 que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). A bandeira tarifária dos meses de agosto e setembro de 2017, no montante de R\$ 81.610 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – CDE

A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de abril de 2017 a março de 2018.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	268.995	795.703	243.465	796.610
PROINFA	37.144	109.750	43.057	138.372
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.699.351	3.894.093	940.255	2.580.650
Crédito de PIS e COFINS	(185.508)	(443.958)	(113.477)	(325.196)
Subtotal	1.819.982	4.355.588	1.113.299	3.190.436
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	231.304	419.125	92.274	281.717
Encargos de transporte de Itaipu	29.955	43.726	7.046	20.425
Encargos de conexão	5.361	16.068	5.377	15.354
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.905	11.577	3.776	11.146
Encargos de serviço do sistema - ESS	(33.733)	(108.334)	45.021	153.338
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	2.940	56.832
Crédito de PIS e COFINS	(21.903)	(35.350)	(14.470)	(49.840)
Subtotal	214.889	346.812	141.963	488.973
Total	2.034.871	4.702.400	1.255.263	3.679.409

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh(*)				
Energia de Itaipu Binacional	1.341	3.972	1.346	4.002
PROINFA	133	374	146	398
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.207	16.063	5.209	15.497
Total	6.682	20.408	6.701	19.898

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre													
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais								Total	
					Vendas				Gerais e administrativas		Outros			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
Pessoal	64.482	62.321	1	-	14.346	12.644	16.460	15.454	-	-	-	-	95.289	90.419
Entidade de previdência privada	21.125	19.195	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.125	19.195
Material	16.496	15.338	73	117	(2.303)	708	4.456	2.204	-	-	-	-	18.722	18.367
Serviços de terceiros	32.175	26.394	313	411	28.085	27.610	34.156	30.823	-	-	-	-	94.729	85.238
Amortização	53.070	45.245	-	-	257	201	7.128	8.517	-	-	-	-	60.455	53.963
Custos com construção da infraestrutura	-	-	265.206	143.507	-	-	-	-	-	-	-	-	265.206	143.507
Outros	1.970	1.558	(1)	(1)	20.855	23.670	27.803	22.512	13.554	2.180	-	-	64.181	49.919
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.972	9.000	-	-	-	-	-	-	9.972	9.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	10.705	14.561	-	-	-	-	-	-	10.705	14.561
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	649	617	-	-	-	-	649	617
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.370	1.828	-	-	-	-	1.370	1.828
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	21.531	16.339	-	-	-	-	21.531	16.339
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	218	-	-	-	-	-	218	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	13.602	2.227	-	-	13.602	2.227
Outros	1.970	1.558	(1)	(1)	178	109	4.035	3.729	(48)	(47)	-	-	6.134	5.348
Total	189.318	170.051	265.591	144.035	61.240	64.833	90.004	79.510	13.554	2.180	-	-	619.707	460.609

	9 meses 2017													
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais								Total	
					Vendas				Gerais e administrativas		Outros			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
Pessoal	201.638	191.283	2	1	41.172	36.776	51.727	47.309	-	-	-	-	294.539	275.369
Entidade de previdência privada	63.376	45.319	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.376	45.319
Material	47.403	38.425	262	261	(1.628)	1.645	7.837	9.339	-	-	-	-	53.874	49.670
Serviços de terceiros	89.402	72.298	819	869	84.722	79.685	100.428	87.712	-	-	-	-	275.371	240.563
Amortização	149.387	134.005	-	-	743	586	24.057	24.981	-	-	-	-	174.187	159.572
Custos com construção da infraestrutura	-	-	593.061	391.385	-	-	-	-	-	-	-	-	593.061	391.385
Outros	10.897	11.457	(2)	(3)	75.803	87.505	86.129	75.302	25.470	5.020	-	-	198.297	179.281
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	28.775	26.953	-	-	-	-	-	-	28.775	26.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	46.591	60.188	-	-	-	-	-	-	46.591	60.188
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.988	1.697	-	-	-	-	1.988	1.697
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	3.786	4.113	-	-	-	-	3.786	4.113
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	69.180	59.621	-	-	-	-	69.180	59.621
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	999	-	-	-	-	-	999	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	25.604	5.141	-	-	25.604	5.141
Outros	10.897	11.457	(2)	(3)	436	365	10.177	9.870	(134)	(121)	-	-	21.374	21.568
Total	562.103	492.787	594.142	392.512	200.811	206.197	270.177	244.642	25.471	5.020	-	-	1.652.704	1.341.158

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre Reapresentado	9 meses Reapresentado
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	19.972	95.071	64.375	171.014
Acréscimos e multas moratórias	26.599	90.896	29.893	91.343
Atualização de créditos fiscais	3.261	4.811	2.987	10.798
Atualização de depósitos judiciais	8.884	23.977	3.285	9.870
Atualizações monetárias e cambiais	2.039	11.560	9.415	28.906
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.814	7.125	880	10.595
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(1.343)	42.348
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.558)	(13.083)	(6.296)	(17.521)
Outros	3.781	10.914	3.188	16.375
Total	63.793	231.271	106.385	363.727
Despesas				
Encargos de dívidas	(53.443)	(188.020)	(91.126)	(268.499)
Atualizações monetárias e cambiais	(33.599)	(163.349)	(107.823)	(217.950)
(-) Juros capitalizados	2.501	6.023	1.701	4.498
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(15.814)	(37.333)	-	-
Outros	(9.247)	(33.309)	(19.747)	(42.792)
Total	(109.600)	(415.988)	(216.996)	(524.743)
Resultado financeiro	(45.808)	(184.717)	(110.611)	(161.016)

Notas Explicativas

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 149.042 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 663.714 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2017 faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, Campos Novos, Foz Chapecó, BAESA e CPFL Geração, que tinham vencimento original de julho a dezembro de 2016. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia renegociou faturas de compra de energia com a CPFL Geração e faturas de prestação de serviço com a CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos Ltda, TI Nect Serviços de Informática Ltda e Nect Serviços Administrativos Ltda, cujos vencimentos originais eram de agosto a outubro de 2017, para pagamento até janeiro de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 4.941 (R\$ 3.674 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). Este valor é composto por R\$ 4.819 (R\$ 3.553 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 122 (R\$ 121 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de benefícios pós-emprego e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

	<u>Passivo</u>	<u>Despesa/custo</u>
<u>Empresas</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>9 meses 2017</u>
Encargos		
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	386	26.197

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China, descrita na nota 33.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

	Ativo	Passivo	Receita	Despesa/custo
	31/12/2016	31/12/2016	9 meses 2016	9 meses 2016
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	4.985	-	3	-
Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)				
Banco do Brasil S.A.	-	914.316	-	91363
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	1.367	-	-	11.548
Outras operações financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	2.690
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Brasilveículos Companhia de Seguros	-	-	2	-
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. - CGMP	-	-	-	1.036
Cia.de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESPREV	2	7	11	25
Concessionária Auto Raposo Tavares	-	-	-	15
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	-	-	-	3
Mapfre Seguros Gerais S.A.	-	-	4	1
Indústrias Romi S.A.	4	-	39	-
Instituto CCR	-	-	-	19
Juá Participações e Investimentos Ltda.	-	2	-	-
Tim Celular S.A.	-	87	-	-
TOTVS S.A.	-	1	-	12
Compra e venda de energia e encargos				
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	15	-	408
Aliança Geração de Energia S.A	-	854	-	28.122
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	2
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	886	-	25.418
Energética Águas da Pedra S.A.	-	112	-	3.674
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	1
Norte Energia S.A.	-	2.672	-	16.284
Rio PCH I S.A.	-	164	-	5.396
SE Naranjiba S.A.	-	-	-	50
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	247	-	8073
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	5705

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	9 meses 2017	9 meses 2016	9 meses 2017	9 meses 2016
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	200	209	46	13	-	-	(1.937)	(1.835)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Companhia Piratininga de Força e Luz	529	533	686	537	-	-	(7)	(522)
Companhia Luz e Força Santa Cruz	54	55	2	3	-	-	(593)	(553)
Companhia Leste Paulista de Energia	15	16	-	-	-	-	(169)	(158)
Companhia Sul Paulista de Energia	20	21	-	2	-	-	(224)	(209)
Companhia Jaguari de Energia	15	16	29	21	-	-	80	73
Companhia Luz e Força de Mococa	10	11	-	-	-	-	(115)	(107)
Rio Grande Energia S.A.	339	349	28	16	-	-	(3.556)	(3.394)
CPFL Geração de Energia S.A.	191	204	52	39	-	-	(1.756)	(1.600)
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	2	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	176	184	-	-	-	-	(1.873)	(1.729)
CPFL Renováveis - Consolidado	24	30	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	68	85	-	-	-	-	(718)	(724)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	12	-	-	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(19)	(15)
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	(4)	(5)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	178	175	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	5	5	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	647	637	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	12	11	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	6	6	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	4	4	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	37	36	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	174	172	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	144	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	188	190	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	35	34	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	99	-	-	652	907	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	5	5	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	2	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	51.583	58.049	15.373	3.685	4	4	25.936	14.807
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	5.760	2.380	-	-	17.962	16.420
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	4.659	1.565	-	-	13.202	11.051
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	911
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	32.214	96
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	173	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	7.226	10.374	-	-	19.594	16.566
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	40	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.587	1.127	-	-	12.900	10.243	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	35.819	69.908	-	-	101.933	95.832
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	26	25	-	-	166	155
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	17.616	6.835	-	-	57.460	38.499
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(9)
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	434	312	-	-	2.569	2.473
Campos Novos Energia S.A.	-	-	33.590	123.015	-	-	150.875	148.952
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	8.916	44.964	-	-	79.798	75.591
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	23.160	22.776	-	-	200.175	187.479
CPFL Renováveis - Consolidado	461	689	699	696	3.330	3.549	5.136	5.182
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	4	275	263	-	-	7.037	6.272
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	264	-	-	-	1.558	-
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	59	22	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	18	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	25	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	71	25
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	947	944

Notas Explicativas

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/09/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	890.353	890.353
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	1.717	1.717
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	292.097	292.097
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	2.563.333	2.563.333
					<u>3.747.500</u>	<u>3.747.500</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	865.687	809.822
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	2.114.515	2.114.515
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	781.105	780.330
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	31.301	31.301
					<u>3.792.608</u>	<u>3.735.968</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 29.360 nos 9 meses 2017 (uma perda de R\$ 140.853 nos 9 meses 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Disponível para venda
- (c) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – Eletrobrás; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 são de R\$ 41.693 (ganho de R\$ 105.020 no período de nove meses findo em 30 setembro de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	(Passivo)	Valores justos líquidos					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Banco Tokyo Mitsubishi	31.345	-	31.345	31.214	131	dólar	03/2019	117.400
Bank of America Merrill Lynch	39.006	-	39.006	37.325	1.681	dólar	09/2018	106.020
Bank of America Merrill Lynch	44.118	-	44.118	42.721	1.397	dólar	03/2019	116.600
J.P. Morgan	22.059	-	22.059	21.361	698	dólar	03/2019	58.300
Bradesco	8.944	-	8.944	8.826	118	dólar	01/2018	54.214
Bradesco	36.981	-	36.981	36.439	542	dólar	01/2018	173.459
J.P. Morgan	11.515	-	11.515	11.231	284	dólar	01/2019	67.613
BNP Paribas	10.448	-	10.448	10.233	215	euro	01/2018	63.896
Banco Tokyo Mitsubishi	14.281	-	14.281	15.646	(1.365)	dólar	02/2020	142.735
Bank of America Merrill Lynch	71.598	-	71.598	70.026	1.572	dólar	02/2018	405.300
Bank of America Merrill Lynch	-	(13.116)	(13.116)	(15.402)	2.287	dólar	10/2018	329.500
Bradesco	-	(4.761)	(4.761)	(6.232)	1.471	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(4.368)	(4.368)	(6.215)	1.847	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(4.550)	(4.550)	(6.223)	1.672	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(4.506)	(4.506)	(6.232)	1.726	dólar	05/2021	59.032
Subtotal	290.295	(31.301)	258.994	244.719	14.274			
Derivativos de proteção de dívidas não designados a valor justo:								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
J.P. Morgan	1.059	-	1.059	70	990	CDI	02/2021	300.000
Votorantin	362	-	362	24	338	CDI	02/2021	100.000
Santander	382	-	382	25	357	CDI	02/2021	105.000
Subtotal	1.803	-	1.803	119	1.684			
Total	292.097	(31.301)	260.797	244.838	15.959			

Circulante

166.977

-

Não Circulante

125.120

(31.301)

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (Perda)			
		2017		2016	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	Despesa financeira - operação de swap	157	(10)	(750)	(736)
Varição cambial	Despesa financeira - operação de swap	(97.613)	(155.275)	(72.032)	(768.061)
Marcação a mercado	Despesa financeira - ajuste a valor justo	(2.164)	6.244	42.902	105.083
		(99.619)	(149.042)	(29.880)	(663.714)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2017 fosse

Notas Explicativas

mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.043.338)		(90.234)	443.159	976.552
Derivativos - swap plain vanilla	2.060.014		90.971	(446.775)	(984.522)
	16.676	baixa dolar	737	(3.616)	(7.970)
Instrumentos financeiros passivos	(75.345)		(5.032)	15.062	35.156
Derivativos - swap plain vanilla	75.655		5.053	(15.124)	(35.301)
	310	baixa euro	21	(62)	(145)
Total	16.986		758	(3.678)	(8.115)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2017 foi de R\$ 3,17 para o dólar e R\$ 3,74 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,31 e R\$ 3,99, e a depreciação cambial de 4,42% e 6,68%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 8,14% a.a.; TJLP 7,00% a.a., IPCA 2,47% a.a. e SELIC 11,40% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 129.732 (despesas de CDI R\$ 162.607, TJLP R\$ 16.765, SELIC R\$ 13.674 e receita IPCA R\$ 63.314). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Cenário I (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	969.146		(10.370)	6.760	23.889
Instrumentos financeiros passivos	(1.091.896)		11.683	(7.616)	(26.915)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.874.873)		20.061	(13.077)	(46.216)
	(1.997.623)	alta CDI	21.374	(13.933)	(49.242)
Instrumentos financeiros passivos	(239.506)	alta TJLP	-	(4.191)	(8.383)
Ativo financeiro da concessão	2.563.333	baixa IPCA	31.529	7.818	(15.893)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(51.919)		2.201	3.131	4.060
Instrumentos financeiros passivos	(68.023)		2.884	4.102	5.319
	(119.942)	alta SELIC	5.085	7.233	9.379
Total	206.262		57.988	(3.073)	(64.139)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 7,07%, 2,97%, 7,00%, 3,70% e 7,16% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, um valor de R\$ 6.023 (R\$ 4.498 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Notas Explicativas

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de agosto de 2017, foi aprovada a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em até 3 (três) séries. Em 24 de outubro de 2017 foi totalmente integralizado o montante de R\$ 700.000.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Barão de Itapura, 950 - 6º andar

13020-431 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 2129-8700, Fax +55 (19) 2129-8728

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de março de 2017, sem qualquer modificação. Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.6, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 06 de novembro de 2017, sem qualquer modificação.

Campinas, 06 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017.

Campinas, 6 de novembro de 2017.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017.

Campinas, 6 de novembro de 2017.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia